

Mudança de designação da rubrica CDD-Eleições

A rubrica “CDD-Eleições”, que durante o ano de 2019 acompanhou atentamente o processo eleitoral e contribuiu para a boa governação eleitoral, desde o recenseamento eleitoral até à validação e proclamação dos resultados pelo Conselho Constitucional, passa a partir de hoje a designar-se “Política Moçambicana”.

O CDD, no seu papel de guardião da democracia, passa a ter esta rubrica como seu instrumento de advocacia para contribuir no desenvolvimento político, em geral, e democrático, em particular. A esfera de desenvolvimento político compreende as instituições, as atitudes e os valores que formam o sistema de poder na sociedade moçambicana.

O respeito pela ordem constitucional e pela estabilidade política alcançadas através da actividade do Governo; a consolidação do controlo administrativo pelo Governo sobre o território nacional e a existência de regras claras de sucessão da liderança política são características de desenvolvimento político. Neste sentido, o debate recorrente na nossa sociedade sobre o possível terceiro mandato presidencial vai na contramão do desenvolvimento político e leva-nos a caminhar para o subdesenvolvimento político.

O desenvolvimento democrático inclui a progressão entre a aceitação e a institucionalização de eleições como o mecanismo de conquista do poder político e o enraizamento na sociedade das regras que governam esse processo, as chamadas regras do jogo democrático. Isto passa pela aceitação das regras do jogo democrático, por todos os actores políticos, incluindo aqueles que, no passado, usaram armas para imporem a sua vontade. Tem havido uma confusão sobre as regras, por isso importa clarificar que a Comissão Nacional de Eleições (CNE) e o Secretariado Técnico de Administração Eleitoral (STAE) não são as regras do jogo democrático.

As regras do jogo democrático são anteriores à criação e superiores aos órgãos de administração eleitoral, e consistem em os actores políticos compreenderem que, em sede de eleições, os cidadãos é que decidem, através duma escolha consciente. E todos, incluindo os antigos movimentos de libertação nacional que trouxeram a independência, devem aceitar a escolha dos cidadãos.

O Acordo Geral de Paz (AGP) assinado em Roma, Itália, a 4 de Outubro de 1994, configura, no caso moçambicano, a genetriz das regras de jogo democrático, apesar de a Constituição de 1990 já ter inaugurado – mal – o sistema democrático no nosso país.

A rubrica “Política Moçambicana” terá uma periodicidade bissemanal e vai focar na advocacia porque vivemos num contexto em que, apesar de o país já ter realizado 6 eleições gerais consecutivas, o desenvolvimento político e a democraticidade do sistema político ainda são um grande desafio, com implicações no desenvolvimento humano e no respeito dos direitos humanos.

O CDD-Eleições voltará, em formato especial, para cobrir os processos eleitorais que, no próximo ciclo, realizar-se-ão em 2023 e 2024.

Estamos juntos
Prof. Adriano Nuvunga



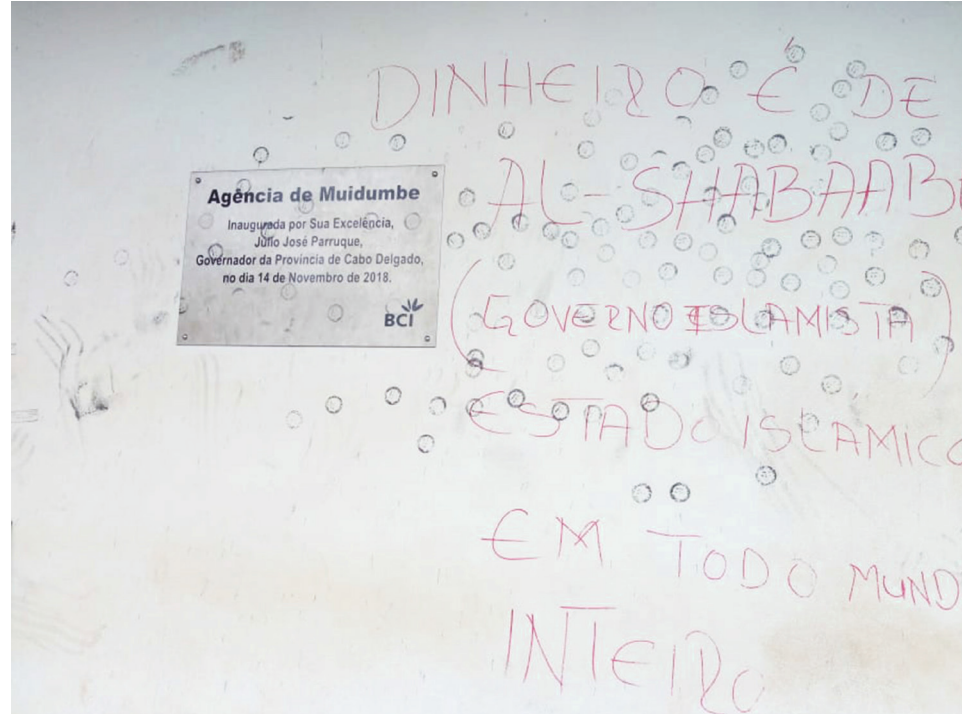
Crédito: Página do facebook da Diocese de Pemba

BISPO DE PEMBA EM DISCURSO DIRECTO

“Cabo Delgado vive uma situação de isolamento e nem parece que fazemos parte de Moçambique”

Isolados, abandonados e com medo é assim como o Bispo de Pemba, Luíz Fernando Lisboa, descreve o sentimento da população de Cabo Delgado face aos ataques terroristas que afectam sobretudo os distritos do norte e centro da província. O Bispo de Pemba é uma das poucas vozes que não se cala perante o terror que ganha

terreno na província, perante a incapacidade das Forças de Defesa e Segurança de proteger a população e perante o silêncio do Governo de Filipe Nyusi. Por isso, Luíz Fernando Lisboa diz que não aceita o “cinismo” das autoridades governamentais que insistem em dizer que a situação está sob controlo. Acompanhe a entrevista que o



Bispo de Pemba concedeu ao Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD), em plena sexta-feira santa.

Gostaríamos de ter mais detalhes sobre o ataque de ontem à Missão Católica de Nangololo. Houve vítimas humanas? Houve destruição de infra-estruturas? Os missionários estão todos salvos e em segurança?

O ataque não foi só a Muambula, onde está a Missão de Nangololo. Na verdade, foram atacadas sete aldeias do distrito de Muidumbe nos últimos quatro dias (até sexta-feira). Entraram na Missão de Nangololo, mas como o povo continua no mato, nós temos poucas informações. A única informação que chegou até agora (sexta-feira) é de um senhor cristão que está escondido no mato. Ele foi até à missão com muito cuidado e viu que as casas dos missionários não foram invadidas, nem tocadas. Mas arrombaram a igreja, queimaram os bancos e outros bens que estavam dentro. As chamas não atingiram o tecto falso. Ainda não sabemos ao certo os estragos causados. Um dia antes, quando os atacantes estavam a actuar nas aldeias próximas à missão, os nossos missionários saíram usando um corta-mato até Mueda. A intenção era de ficar em Mueda, mas lá o clima também estava ruim, com os residentes locais a fugirem para as matas. Os missionários tomaram a estrada Mueda – Montepuez e caminharam oito horas até à vila de Montepuez, ondem passaram a noite. No dia seguinte apanharam transporte até Pemba. Por questões de segurança, eles continuam aqui em Pemba.

Desde que os ataques começaram em Outubro de 2017, o Bispo de Pemba é uma das poucas pessoas que sempre alertou para o sofrimento das comunida-

des afectadas. Os terroristas já tomaram de assalto três vilas distritais. Como descreve a situação de Cabo Delgado hoje?

Cabo Delgado vive hoje uma situação de isolamento, nem parece que fazemos parte de Moçambique. Nós sentimo-nos isolados, abandonados, porque desde que esta situação começou a dois anos e meio, quase nada se reporta nos jornais, nas rádios e nas televisões. Quem assiste aos noticiários à noite fica com a impressão de que não está a acontecer nada em Cabo Delgado. Quando não dizem nada e é como se não tivesse acontecido nada em Cabo Delgado. Mas há muito sofrimento do povo que vive nesta província, um povo que já era pobre e agora está a ser espoliado, está a ver as suas casas a serem queimadas e dorme no mato. Imagine idosos e crianças dormindo no mato, vivendo no mato.

O que acha da resposta do Governo e das Forças de Defesa e Segurança?

Eu não vou julgar ninguém, mas a resposta até agora ainda não foi efectiva, tanto é que os ataques continuam, nunca houve trégua. Eles estão cada vez mais empoderando-se, estão cada vez mais ousados. A única coisa que eu não aceito é o cinismo de dizer que está tudo sob controlo.

Acredita que mais distritos poderão ser atacados nos próximos tempos?

Eu acredito que tudo é possível. Assim como era impensável que se atacasse Mocímboa da Praia, que é uma vila com um grande contingente de militares, mas eles atacaram e ocuparam. Atacaram os locais onde os polícias e os militares estavam acampados, levaram armas, levaram carros, levaram comida. Eles são, de facto, ousados. Toda a zona norte de Cabo Delgado é um barril de pólvora. A população não está

tranquila e em quase todos os distritos as pessoas estão a fugir para locais seguros. Quem não tem condições para sair, a solução é dormir no mato.

As pessoas de Cabo Delgado não falam abertamente sobre os ataques de que são vítimas. A que se deve esse medo generalizado das pessoas?

O clima de medo é generalizado. E o medo não é injustificado. Nós todos acompanhamos que alguns jornalistas que tentaram fazer cobertura dos ataques foram detidos. Ficaram presos por muito tempo e sem julgamento. O medo generalizado deve-se, também, à violência em si, há muitas pessoas mortas, muitas pessoas mesmo. Outras perderam suas casas e seus bens. Isso deixa as pessoas com muito medo. É uma pena que esse seja, neste momento, o sentimento generalizado em Cabo Delgado: o medo.

Devido ao silêncio do Governo, a coisa mais difícil é saber quantas pessoas morreram desde Outubro de 2017. Tem uma estimativa de quantas vítimas mortais?

Eu não sei exactamente quantas pessoas. Mas estimo que mais de 500 pessoas já morreram. Durante muitos meses contava-se apenas o número de civis mortos, pois dificilmente os soldados mortos entram nas estatísticas. Mas já morreram muitos soldados. As vítimas do outro lado, aquelas que são chamadas de insurgentes e outros nomes, também não entram nas estatísticas. Então, eu acredito que já passaram 500 pessoas mortas.

Conhecendo um pouco a realidade de Cabo Delgado, qual seria o melhor caminho para resolver esta situação?

Eu não me arrisco a dizer qual seria o me-



lhor caminho neste momento, a curto prazo. Mas a médio e a longo prazo, o caminho é dar oportunidades para a juventude. O caminho é construir escolas secundárias e técnico-profissionais. Na maioria das nossas vilas, os adolescentes estudam até 7ª classe e a partir daí já não têm como continuar com os estudos. Então, investir na educação, investir na formação técnica, investir em cursos profissionalizantes, promover emprego para a juventude, pequenos negócios, etc, é o caminho a seguir a médio e a longo prazo. É preciso investir massivamente na juventude, porque se não dermos oportunidades aos nossos jovens, eles vão seguir o caminho que estão seguindo agora.

Como mobilizar as pessoas a se prevenir da covid-19, se a grande preocupação é a segurança?

Infelizmente, aqui em Cabo Delgado a pandemia covid-19 está em segundo plano, a segurança é que está em primeiro lugar. As pessoas estão aglomeradas, há muitas famílias recebendo outras famílias, outras estão no mato e partilham utensílios e outros bens. É um grande desafio para nós, mas temos estado a divulgar as mensagens de prevenção, estamos a orientar as pessoas para se precaverem. Mas não é fácil fazer isso com as pessoas que estão fugindo dos ataques.

O CDD sabe que algumas agências humanitárias que ajudavam as vítimas dos ataques e do ciclone Kenneth se retiraram dos distritos. Até que ponto isso pode aumentar a vulnerabilidade das pessoas e o risco de recrutamento de jovens que agora ficaram sem o apoio humanitário?

Sim, as agências humanitárias retiraram-se dos distritos e algumas até de Pemba. É compreensível porque a maioria das pessoas é estrangeira, tem famílias e as agên-



Infelizmente, aqui em Cabo Delgado a pandemia covid-19 está em segundo plano, a segurança é que está em primeiro lugar. As pessoas estão aglomeradas, há muitas famílias recebendo outras famílias, outras estão no mato e partilham utensílios e outros bens.

cias têm responsabilidades em relação a essas famílias. É verdade que isso acabou aumentando a vulnerabilidade das pessoas. Quem estava resistindo eram os missionários, mas chegou uma altura em que eu também tive que os retirar. Os insurgentes começaram a alegar a questão da religião e simbolicamente queimaram uma capela, depois invadiram uma outra e queimaram-na. Isso preocupou-nos muito e acabamos retirando os missionários. Mas muitas pessoas já tinham saído das aldeias.

Não acha irónico que esse sofrimento todo esteja a acontecer numa província riquíssima em recursos naturais. Como fazer para que os projectos de exploração desses recursos não sejam factores de exclusão de jovens?

É muito triste que isso esteja a acontecer numa província tão rica em recursos como gás natural, pedras preciosas e rubis, numa província que tem condições de se autoafirmar como uma próspera e capaz de ajudar todo o país. Esses recursos não devem continuar a ser uma maldição para o povo, como têm sido até agora. Esses recursos devem ser uma bênção, têm de trazer o bem-estar para a população, mas para isso é preciso começar bem. É preciso que sejam cumpridos todos os processos previstos na lei, é preciso que a população seja consultada e ouvida. É preciso que a população faça parte dos processos e não um grupinho de cinco ou seis pessoas que são muitas vezes cooptadas, compradas e falam em nome da população, mas não têm nenhuma procuração nem legitimidade para falar em nome da população. Muitas vezes a população é deixada de lado. Se não envolvem a população, se não trazem empregos para a juventude, os recursos acabam virando uma maldição. Eu espero que todas as pessoas que têm responsabilidades, sejam do Governo ou da sociedade civil, estejam atentas para que o povo não seja deixado de lado em todos os processos.

Senhor Bispo sente-se seguro, nunca sofreu ameaças?

Eu sinto-me seguro, tal como se sente toda a população de Cabo Delgado. Ou seja, o nosso seguro é a insegurança. Se me perguntasse se eu sinto medo, eu diria que não. Se eu sofri ameaças, talvez de forma velada, talvez alguns recados, alguns con-

selhos, Mas ameaça directa, não. Houve alguma campanha difamatória, essas coisas que as pessoas que não gostam de ouvir a verdade promovem. Mas a igreja não vai parar de falar, porque nós temos uma responsabilidade que nos foi dada, não por algum governante, mas sim por Deus. Essa responsabilidade é de estarmos do lado da verdade, é de falarmos a verdade, nós temos compromisso com a verdade, e Deus é a verdade. Por isso, nós nos sentimos seguros porque Deus está connosco, Deus está a sofrer connosco, Deus está a ser humilhado connosco, Deus está a passar por maus momentos connosco, e nós temos dito isso para a população. E como nós acreditamos, temos esperança de que se Deus quiser, vamos sair desta.



COVID-19

STATE OF EMERGENCY AND HUMAN RIGHTS IN MOZAMBIQUE

COVID-19

ESTADO DE EMERGÊNCIA E DIREITOS HUMANOS EM MOÇAMBIQUE

Report human rights abuse during the state Of emergency in mozambique

From April the 1st to the 30th, 2020

CALL NOW:
87 85 33 330

WhatsApp

Respect human rights in Mozambique. Spread the word! COVID-19 An initiative of:

Denuncie os abusos contra os Direitos Humanos em Moçambique

De 01 a 30 de Abril de 2020

LIGUE JÁ:
87 85 33 330

WhatsApp

Respeite os Direitos Humanos na resposta ao COVID-19 Passe a palavra! Uma iniciativa:

Help respect human rights Mozambique. Spread the word!

A jude a respeitar os Direitos Humanos em Moçambique. Passe a palavra!

INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para a Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Agostinho Machava, Ilídio Nhamumbo, Isabel Macamo.
Layout: CDD

Contacto:
 Rua Eça de Queiroz, nº 45, Bairro da Coop, Cidade de Maputo - Moçambique
 Telefone: 21 41 83 36

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO

PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Comissão Episcopal de Justiça e Paz, Igreja Católica

